



Anais da Assembléia

133

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1986.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Odeni Mongruel.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 274/86, originário da Mensagem Governamental n. 152/86, que versa sobre a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado, organizando-a em três categorias docentes, compostas de onze referências e com vencimentos que especifica.

Sala das Sessões, em 17.11.86.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 232/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.11.86.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Vereador JOAQUIM BRANDÃO VIEIRA, de Assaí, ocorrido dia 13 de novembro do corrente.

O Vereador, cujo falecimento ora lamentamos, era pessoa que gozava de grande conceito em sua região, sendo nosso companheiro político durante vários anos, e deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no Município de Assaí e Região.

Requer ainda, que seja dada ciência deste aos seus familiares na Cidade e Câmara Municipal de Assaí.

Sala das Sessões, em 17.11.86.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PCB. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PFL. (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro

encerrada a Hora do Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 232/86, constante da Ordem do Dia de Hoje. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 232/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 137/86), encaminhando Orçamento - Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos para o exercício de 1987. Com PARECER FAVORÁVEL ao Projeto da COMISSÃO DE ORÇAMENTO E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS apresentadas, com exceção das EMENDAS ns. 11 e 12. Aprovado.

O SR.EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem). Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR.NILSO SQUAREZI - (Pela Ordem). Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A Mesa defere e solicita ao Sr.1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILSO SQUAREZI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito à Mesa que informe se já foi votado o meu requerimento de preferência sobre o Orçamento.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- O requerimento de autoria do Deputado Trajano Bastos, foi votada a preferência e aprovado, e já foi encerrada inclusive a 2ª Discussão do Projeto de Lei n. 232/86, sobre o Orçamento.

O SR.NILSO SQUAREZI - Então, eu mantenho o meu pedido de Chamada Nominal.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhor Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

20 Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" apenas para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 256/86 (Mensagem n. 129/86), que visa normatizar a concessão das férias regulamentares anuais aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério que prestam serviços administrativos nos Estabelecimentos de ensino ou órgãos da Secretaria da Educação, assim como dispor sobre a contagem em dobro dessas férias. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 256/86

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1º.- O artigo 56, da Lei Complementar n. 07/76, de 22 de dezembro de 1976 - Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1.º e 2.º Graus, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 56 - As férias do Professor ou Especialista de Educação serão de 60 (sessenta) dias, dos quais pelo menos 30 (trinta) consecutivos usufruídos em período de recesso escolar, segundo o calendário elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

§ 1º - Os Professores e Especialistas de Educação, designados formalmente para exercer atividades da Administração de Estabelecimento de Ensino ou de órgãos da Secretaria de Estado da Educação- SEED, terão (trinta) dias de férias por ano, que se regerão pelos artigos 149, 150, 151, 152, 153 e 154 da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

§ 2º - Aplicam-se ao Pessoal do Magistério as disposições do artigo 155, da Lei n. 6.174/70".

Art.2º.- Ficam ratificados os atos do Poder Executivo referentes à contagem das férias em dobro, para todos os efeitos legais, do Pessoal do Magistério, deferidos de acordo com os critérios da administração até a presente data.

Art. 3º - O funcionário público estadual que não tenha gozado férias, e as mesmas tenham sido atingidas pela prescrição, poderá contá-las em dobro, para todos os efeitos legais, desde que assim o requeira no prazo de 90 (noventa) dias contados da vigência desta Lei.

Art.4º.- O artigo 126, da Lei n. 7.051, de 06 de dezembro de 1978, passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Art.126 - Os vencimentos dos funcionários do Grupo Ocupacional "TAF", serão fixados para cada classe com base no vencimento do Cargo de Agente Fiscal 3 Classe "A", Referência I, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, contida no Anexo I, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7.540, de 08 de dezembro de 1981, e Lei n. 8.069, de 28 de dezembro de 1984.

Parágrafo Único - O vencimento mensal do Cargo de Agente Fiscal 3, A-I, do Grupo Ocupacional "TAF", será a partir de 1.º de janeiro de 1987, correspondente a três vezes o valor do salário-mínimo."

Art.5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.11.86.

(aa) IVAN GUBERT

Presidente

Adhail Sprenger Passos

Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 258/86, (Mensagem n. 141/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério o regime diferenciado de trabalho. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n. 121, de 23.10.86, Mens. 141/86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 259/86 (Mensagem n. 142/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 7, de 22.12.76 (Estatuto do Magistério). Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n. 121, de 23.10.86, Mens. n. 142/86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 257/86 (Mensagem n. 140/86), que objetiva fixar o vencimento mensal do cargo de professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em três vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 1.º de janeiro de 1987. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n. 121, de 23.10.86 - Mens. n. 140/86).

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 171/86, de autoria do Deputado FLORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO LIONS-IGAPÓ", com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 186/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 104/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, as datas de terras n.s 12 e 13, da Quadra n. 54, da sede do

referido Município, registradas sob os ns. R. 01/7.597 e 01/7.598, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 204/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 119/86), que autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa Agrícola Irati Ltda, o imóvel constituído de uma área de terras medindo 5.000,00 m. (cinco mil metros quadrados) situado no Município de Mallet e havida pelo Estado do Paraná conforme Transcrição n. 4193, às fls. 50, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 269/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que transforma cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n. 40/85, de autoria dos Deputados Ferrari Júnior e Anibal Khury, que acrescenta parágrafo único ao artigo 58, do Regimento Interno, modificado pela Resolução n. 71/80, (A Assembléia poderá, dispensar da Redação Final, os projetos aprovados em 3.ª Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações). EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. Encerrada a discussão.

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n. 95/86 (Mensagem n. 134/86 - ex-Proposição n. 133/86) oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Justiça e da Procuradoria Geral da Justiça e os Municípios, nas datas adiante mencionadas, objetivando a execução do Programa PRÓ-EGRESSO, junto aos beneficiados pelo regime de prisão aberta. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.ª **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n. 96/86 (Mensagem n. 132/86 - ex-Proposição n. 131/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio em 06.08.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Araucária, objetivando a implantação de serviços de segurança contra

incêndios e de socorros públicos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 97/86 (Mensagem n. 133/86- ex-Proposição n.132/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 18.08.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Justiça e o Município de Cascavel, objetivando a implantação e manutenção dos serviços de Assistência Judiciária Gratuita. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 98/86, (Mensagem n. 114/86- ex-Proposição n. 118/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os Municípios e nas datas que especifica, objetivando a expansão da educação pré-escolar. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 215/86, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que declara de utilidade pública estadual, a "SOCIEDADE ESPÍRITA MOURÃOENSE", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 216/86, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO METODISTA EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL LUZAMOR"- LUZAMOR, com sede e foro em Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 231/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO APOLLO" com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 99/86 (Mensagem n. 108/86, ex-Proposição n. 113/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os Municípios e datas adiante mencionados, objetivando promover o fortalecimento do ensino municipal, a fim de propiciar o desenvolvimento de condições com vistas à municipalização do ensino de Primeiro

Grau. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 100/86, (Mensagem n. 131/86, ex-Proposição n. 130/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados em 11.08.86, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública dos referidos Municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 83/86, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PITANGA - APAE, com sede e foro na cidade de Pitanga. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 33/86, de 28.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 83/86

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga - APAE, com sede e foro na cidade de Pitanga.

Da análise do projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento através da entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do vereador Joaquim Brandão Vieira, ocorrido no dia 13 de novembro do corrente ano. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei Complementar n. 256, 258 e 259/86, e do Projeto de Lei n. 257/86.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 171, 186, 204 e 269/86, e dos Projetos de Resolução n. 40/85, e 95 a 98/86.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 215, 216, 231 e 232/86, e dos Projetos de Resolução n. 99 e 100/86.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 83/86.

Levanta-se a Sessão.